

NOTAS PARA A HISTÓRIA ECONÔMICA DE CAMPINAS.

(À margem do livro de Jolumá Brito).

Poucas cidades no Brasil oferecem uma história local tão interessante como Campinas. Seu passado, abundante em feitos da mais alta relevância, sua participação sempre ativa em todos os acontecimentos da vida nacional, seu papel de pioneira em numerosos setores da vida política, social, cultural e econômica, tudo isto constitui um desafio ao historiador que tem diante de seus olhos um verdadeiro laboratório para o trabalho paciente que as pesquisas arquivais exigem. Enquanto esperamos a obra de síntese que deverá situar Campinas no panorama histórico do país, saudemos com simpatia as contribuições isoladas, pedras angulares do grande monumento que um dia, por certo, se edificará. Aliás, sob este aspecto Campinas é das cidades mais felizes, pois sempre encontrou entre os seus filhos quem realmente se interessasse pelo seu passado. Desde Francisco Querino a Benedito Otávio e a Leopoldo Amaral, com Jolumá Brito nos nossos dias, Campinas sempre teve os seus historiadores, e todos eles, dispondo de acesso direto às fontes, o que é de suma importância no estudo da história local.

A **História de Campinas** de Jolumá Brito, ainda em curso de publicação, oferece-nos nos treze volumes até agora publicados, numerosas informações do mais alto interesse para a história social e econômica daquela importante cidade paulista. Como o autor não nos deu a conhecer o plano de seu trabalho e mesmo nos volumes já dados à estampa não se pode caracterizar um critério determinado para a apresentação da matéria, julgamos oportuno respigar ao longo de sua extensa obra os elementos não apenas mais interessantes sob o aspecto econômico, mas igualmente os que poderão ainda ser reelaborados de maneira mais aprofundada para o melhor conhecimento da estrutura sócio-econômica de Campinas.

Convém que se diga, de início, que a bibliografia cõbre Campinas, no aspecto que nos interessa é bastante pobre. A pesquisa arquivada está tãda por ser feita, especialmente no Arquivo do Estado, como o demonstram alguns excertos publicados há um quarto de século por Odilon Nogueira de Matos nas colunas do **Diário do Povo**. O filão que o citado autor se dispunha, na época, a explorar, era realmente precioso, mas suas pesquisas não tiveram prosseguimento e os poucos elementos por êle trazidos à publicação não nos adiantam muito para uma reconstituição da vida campineira no século XVIII, que é o que lhe interessava de perto. Mais feliz foi êle ao tentar uma análise e interpretação da vida campineira com base no recenseamento do Marechal Daniel Muller, realizado em 1836 e do qual ainda nos ocuparemos.

Posteriormente (1952), por feliz iniciativa da Câmara Municipal, publicou-se a **Monografia histórica de Campinas**, alentado volume de cêrca de seiscentas páginas, primorosamente impresso pelo IBGE e com abundante documentação gráfica. Apenas o título não correspondeu ao sentido da obra. Deveria estar no plural, pois não se trata de uma “monografia histórica”, mas de numerosos trabalhos — nada menos que trinta e seis —, dos quais pelo menos uns quinze são autênticas monografias. Entre estas, algumas existem de interêsse para a história econômica. Todavia, a êste respeito, o que de mais valioso encerra o volume é a reprodução do **Memorando** do Visconde de Indaiatuba sãbre a colonização na Fazenda Sete Quedas. E’ sabido que o Visconde de Indaiatuba foi um dos pioneiros do trabalho livre em São Paulo, com os colonos alemães de sua fazenda, ao mesmo tempo que o Senador Vergueiro com os colons suíços de Ibicaba, nas proximidades de Limeira. O **Memorando** do esclarecido fazendeiro campineiro é um documento precioso para o estudo da colonização e do trabalho livre, sobretudo por tratar-se dum documento raro. Poucos eram, com efeito, os nossos fazendeiros dados a escrever... Contam-se nos dedos documentos dessa natureza: assentamentos, diários, e menos ainda reflexões sãbre tão palpitante assunto. A êste respeito, o **Memorando** de Indaiatuba pode fazer boa companhia à **Memória** do Barão de Patí do Alferes, tão valorizada por Taunay em sua extensa obra sãbre o café no Brasil.

Em época mais recente, o prof. José Roberto do Amaral Lapa interessou-se vivamente pelos aspectos econômicos da história campineira, em vários artigos dados à estampa na im-

prensa local, numa linha de idéias não muito diferente daquela que animou Odilon Nogueira de Matos tantos anos antes. Todos nós almejamos que o ilustre professor da Faculdade de Filosofia de Marília reencete suas pesquisas nesse setor.

Feitas estas considerações preliminares, vejamos o que pode nos oferecer uma “respiga” ao longo da obra do sr. Jolumá Brito. A dificuldade que êste autor experimentou para os dados estatísticos, não deve ter sido menor do que a de outros autores, pois todos conhecemos a precariedade dos nossos recenseamentos e estatísticas para o período colonial. No mais das vêzes simples estimativas têm de suprir os dados reais e nisto reside, sem dúvida, uma das maiores dificuldades para o estudo da história econômica em nosso país.

Foi por volta do ano de 1728 que se concedeu a primeira sesmaria a Antônio da Cunha Abreu, personagem de destaque na vida colonial paulista. Numerosas concessões posteriores — e que só terminaram com a independência — elevaram a trinta e nove o número dessas sesmarias. Contudo, a concentração da população só se realiza em 1774, quando Barreto Leme funda a povoação, reunindo os habitantes no local por êle escolhido. Os gêneros das lavouras seriam vendidos à entrada dos sítios, à beira do caminho, aos viandantes que demandavam o sertão ou que de lá regressavam, os quais não podiam usar outro caminho, porque tinham que se apresentar ao fisco estabelecido no registro do Jaguarí.

Segundo a afirmação de Teodoro de Souza Campos Júnior,

“o mais antigo sítio cultivado em Campinas foi aberto nas glebas incultas que abrangiam uma parte do antigo bairro das Anhumas e situava-se à margem da estrada que, da Vila de Nossa Senhora do Destêrro de Jundiá, levava à minas de Goiás. Foi formado por José de Souza Siqueira e, segundo o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, já era cultivado em 1737, isto é, em época em que não havia sombra da povoação que mais tarde se chamou Campinas” (I, 41).

De acôrdo com o recenseamento de 1774, tratava-se de um sítio de certa importância, onde era praticada a policultura, sendo a sua produção, no decorrer daquele ano a seguinte: 780 alqueires de milho, 98 de feijão, 46 de amendoim, 60 de farinha de mandioca, 40 arrôbas de algodão e 230 canadas de aguardente.

Açúcar. Os processos da lavoura eram bastante rudimentares e os sesmeiros sempre trabalhavam pela beira dos rios, principalmente os que não possuíam a cultura da cana, cuja exploração estava em mãos dos mais favorecidos pela sorte. A cultura da cana começou a intensificar-se em fins do século XVIII, como nos mostram, entre outros documentos, os papéis relativos à criação da vila, no ano de 1797, em que os promotores do movimento alegavam os prejuízos decorrentes do abandono da lavoura quando tinham de atender à câmara de Jundiáí, uma vez que eram quase todos “engenheiros”.

Referindo-se a êste findar de século, escreveu Celso Maria Pupo:

“As roças, ou culturas de cereais básicos da alimentação usual, como o milho, arroz, feijão, mandioca e amendoim; às culturas de algodão, também indispensáveis na sustentação da família, já haviam os campineiros acrescido a cultura da cana e a indústria do açúcar, avançando um passo de importância na evolução econômica e deixando a precária economia de produção por consumo local”.

Já neste fim de século, Campinas tanto importava peças de pano de linho de Lisboa, Pôrto, Bretanha, como também exportava para São Paulo e Santos grande quantidade de açúcar. Aliás, não apenas açúcar, mas igualmente algodão em caroço, aguardente, milho, feijão, farinha, toucinho e fumo.

Segundo as anotações do viajante d’Alincourt,

“plantava-se cana em Anhumas, na região de Campinas, desde cêrca de 1760”,

ou 1770 segundo a observação de Saint-Hilaire que passando por Campinas em 1820 na sua viagem para o sul, vindo de Goiás, soube reconhecer a importância da preciosa gramínea na economia de tôda a região de Campinas e Itú, importância que durará pelo menos até a época em que Daniel Müller elaborou seu precioso “quadro estatístico” da Província (1836).

O escoamento da produção e o desenvolvimento em geral das atividades comerciais da região impunham a abertura de novas estradas e a melhoria dos velhos caminhos. Vemos, assim, que Campinas representou papel importante na evolução do povoamento e das comunicações do território paulista, uma vez que a descoberta do ouro em Cuiabá veio sacudir esta população que atravessa um período de rotina, entregue apenas

aos afazeres da lavoura de subsistência e à criação de gado. Contudo, a falta de transportes constituia já nesse tempo um sério problema, elevando consideravelmente o preço do açúcar branco na própria vila, que, entre os anos de 1807 e 1812 alcançava 500 réis a arrôba. Aliás, eram estes os preços correntes do açúcar nos anos que se seguem:

| | branco | redondo | mascavo |
|------|--------|---------|----------------------------|
| 1819 | 1\$000 | \$700 | \$500 |
| 1820 | 1\$200 | \$900 | \$600 |
| 1821 | 1\$000 | ? | \$800 |
| 1822 | \$500 | \$300 | ? |
| 1824 | 1\$000 | \$600 | “pelo preço que corresse”. |

Essa variação no preço do açúcar que se conservou firme em 1819 e 1820 e baixou relativamente em 1821 para ter depois uma queda violenta em 1822, pode ser atribuída à situação política do país, que se refletia no custo da produção dos principais produtos, principalmente nos centros de cultura agrícola, como a então vila de São Carlos.

Valha-nos mais uma vez o depoimento de Saint-Hilaire:

“Pela maior parte, os habitantes dos arredores de Campinas são agricultores. E’, de toda a Província de São Paulo, o termo que produz mais açúcar. Desde 1819 aí se encontrava uma centena de fazendas, nelas compreendidas as distilarias e, em 1838 encontram-se 98 engenhos de açúcar. Entre os proprietários dessas fazendas há alguns muito ricos” (IX, 106).

*

Café. O início da cultura regular do café na então vila de São Carlos se deve ao Capitão Francisco de Paula Camargo, o qual, em 1817, indo assistir às festas do casamento de D. Pedro com a Princesa D. Leopoldina, viu vender-se café no Rio de Janeiro a 8\$000 a arrôba. Diante do preço avultado, e instado pelo Conde dos Arcos, seu particular amigo; que lhe forneceu as sementes da rubiácea, de regresso à vila plantou-as em sua fazenda, com fito comercial.

Contudo, o botânico Corrêa de Melo nos informa que

“o primeiro que teve café em sua chácara, neste Município, foi o Tenente Antônio Francisco de Andrade”, cujas terras “ficam situadas atrás do edificio da Santa Casa”,

isto segundo anotações de Jolumá Brito.

O Município vai se tornar famoso por essa cultura que acabará prevalecendo sôbre as demais. E' ainda Corrêa de Melo quem nos afirma que

“em 1835 o número de fazendas que colhia o precioso fruto, era de 9, com uma produção de 808 arrôbas, havendo então 93 engenhos, já baixando o número de 100 que existiam em 1819 — com uma produção naquele ano de 1835, de 158.447 arrôbas de açúcar”.

Já no ano de 1842 ou 1843 foram feitas as primeiras colheitas importantes do café na zona de Campinas, e, em 1852 o número de “cafelistas” atingia a 89, colhendo para mais de 25.000 arrôbas, tendo os engenhos baixado para 51, com 140.000 arrôbas de açúcar. Podia-se então, notar claramente o quanto a cultura cafeeira sobrepunha as demais, especialmente a do açúcar, que fôra por bom espaço de tempo, a mais importante na zona campineira.

Em 1854 a colheita do café foi abundantíssima, tanto que a 14 de janeiro, já havia a Câmara local informado ao Presidente da Província, em resposta a uma Portaria-circular, o seguinte:

...“a indústria agrícola é a única em que se empregam geralmente os habitantes d'este Município, havendo apenas dois indivíduos que exercem a indústria fabril: um, possuidor de uma fábrica pouco considerável de chapéus de pêlo, e outro, de uma dita de velas de cêra.

O café e o açúcar são as espécies de produtos que vale a pena mencionar”... (X, 11-12).

Plantações de café “superiormente cultivado”, viu em 1855, o viajante James Fletcher, na zona de Campinas, passando por lavouras que se estendiam

“de um e outro lado até onde a vista podia alcançar, entremeadas com campos de cana de açúcar e tufos de matas umbrosas” (X, 13).

Em 1860, o cronista Emílio Zaluar observava que

“eram 189 as fazendas cafeeiras de Campinas, com uma produção de 700.000 arrôbas”. Referiu-se também à “espécie de avidez com que os campineiros ensaiavam os diversos sistemas de cultura, e com que applicavam as máquinas ao aperfeiçoamento do produto” (X, 13-14).

O Visconde de Taunay que conheceu a região em 1865, quando viajava para Mato Grosso, anotou:

“antigamente havia muita cultura de açúcar, mas esta foi abandonada à vista das muitas terras férteis do Município; ainda ocupam larga área que certamente será coberta de cafézais, dentro em breve, porque há muita animação para abertura de novas plantações” (*Ibidem*).

Embora as geadas constituíssem um grande prejuízo para os nossos cafézais, em Campinas o café se desenvolvia de maneira cada vez mais persistente. Contudo, o impôsto aos produtores de café, em Campinas, era pesado (isto em 1876). E, em dezembro de 1879, o café alcançava o preço de 6\$800 por arrôba.

Aliás, o **Globo** da Côte em 1882 noticiava que:

“Pode-se dizer que Campinas é a síntese de todo o Império”... (X, 65).

Houve até “um sonhador” — Franco de Lacerda — que procurou fazer de Campinas, “um pôrto de mar”!... Séria

“um pôrto acessível às embarcações de pequeno calado, facilitando, assim, a exportação direta do centro da província de São Paulo para a Europa e América, sem intervenção dos portos do Rio de Janeiro e de Santos”

*

Outras Culturas. A lavoura sempre teve papel de destaque na velha Campinas, a ponto de ser até designada como “Capital Agrícola da Província”. Foi a lavoura que lhe deu a riqueza necessária para superar a própria Capital Paulista em seu desenvolvimento.

No primeiro recenseamento de 1767 do “Bayrro de Matto-Groço Cam.o das Minas”, os primeiros moradores e declarantes, em sua maioria, diziam viver de “rossa” (cultura em geral), isto é, plantava-se “para viver”. Só mais tarde, é que os lavradores foram, aos poucos, cultivando a plantação da cana para exploração do fabrico de açúcar e aguardente. Assim, é raro mas não de todo ausente das estatísticas, a referência ao **algodão** e seu cultivo, assim como, mais comumente, ao milho, feijão, arroz, fumo, etc.

Em 1814 uma arrôba de algodão era vendida a 1\$120, sendo plantado nas antigas sesmarias localizadas à beira do rio Atibaia.

Essa cultura não prosperou, mormente se se considerar que era a época em que o café subia vertiginosamente; tanto

isto é verdade que em 12 de outubro de 1864 a Câmara de Campinas, respondendo a uma circular do Govêrno

“informa que a cultura do algodoeiro não existe neste Município”... (X, 84).

Das lavouras de **fumo** sabe-se de sua existência de acôrdo com a **Memória de Chichorro**, em 1814, nas Vilas de Itú, Pôrto Feliz, Campinas, Jundiaí e Parnaíba.

Em Campinas a cultura do **trigo** não foi além de algumas experiências, pelo menos até o término do ano de 1800. Glicério teve a idéia de estimulá-la por ser um “material muito necessário”. A 10 de fevereiro de 1886 foi montado um moinho de trigo em terras campineiras.

Entretanto, a cultura do trigo em grão desapareceu em 1877, o que não deixa de ser fato digno de menção, uma vez que o produto deveria ser bastante procurado.

Outra cultura aqui iniciada, se bem que em escala pequena, foi a do **chá**, depois do ano de 1842, e segundo informações do sr. Jolumá Brito, antes mesmo dêste período, sem especificação exata da época.

Neste ano as geadas fizeram desanimar alguns plantadores de café, assinalando ainda algum tempo depois, em 1855, o Visconde de Taunay,

“que se experimentava na região a cultura do chá, que diziam ser bom, mas, cuja produção era muito pequena” (X, 99).

Para termos uma idéia exata do estado das várias culturas que se desenvolveram em Campinas, na quase metade do século passado, deve-se consultar o officio da Câmara da cidade, ao Presidente da Província e que diz respeito à cultura de vários gêneros:

“A Câmara Municipal de Campinas respondendo à Portaria de V. Excia. datada de 19-10 pretérito, vem expor o seu pensamento e o faz pela maneira seguinte. A Câmara está convencida pela experiência, que dentre os **cereais** que se cultivam em seu Município e nos vizinhos, ocupa o primeiro lugar o milho e o segundo o feijão; o terceiro o arroz, o quarto os legumes e hortaliças” (X, 10-11).

Sem dúvida alguma o progresso intelectual do século XIX comunicou seus benefícios efetivos à indústria agrícola. A lavoura que até então tirava a sua vida exclusivamente dos re-

cursos naturais da terra, e não tomava o amplo desenvolvimento que a arte podia proporcionar-lhe, começou a tomar maior incremento. Também, em 1866 com a imigração de algumas famílias da América do Norte que aqui vieram estabelecer-se, houve ainda maior desenvolvimento.

Já no ano de 1876 foi fundado um clube inteiramente dedicado aos interesses da lavoura, tendo a **Gazeta de Campinas** aventado a idéia de sua criação, pensamento que foi muito bem acolhido por todos os campineiros.

Este clube fêz muito pela cidade, e, segundo Leopoldo do Amaral

“em 1878 tendo o Govêrno Geral declarado que não tomaria parte na exposição que se realizaria em Paris, o Clube da Lavoura local, trabalhou e muito, com o fim de concorrer a êste torneio na capital francesa”... (X, 51).

Queria o referido clube fôsse enviado à Paris remessas de café dos Municípios de Amparo, Araras, Bananal, Belém, Campinas (em particular), Capivarí, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Jundiáí, Piracicaba, Piraçununga, Rio Claro, São Carlos e Tietê.

E' pois incontestável que o Clube da Lavoura de Campinas, congregando os agricultores paulistas, a nossa Província e o Brasil, prestou grande serviço reivindicando a importância da nossa principal produção ao estrangeiro.

Apesar de todo o grande desenvolvimento de Campinas, ela teve a fama de ter sido “escravagista”, o que aliás não é um fato de se estranhar inteiramente, dada a sua grande lavoura, que necessitava igualmente de grande mão-de-obra. Júlio Ribeiro, em seu livro **Procelárias**, refere-se à Campinas como “Cidade-negreira”.

À medida que crescia a lavoura, multiplicava-se o número de escravos, aumentando também a inquietação entre os “grandes senhores”, com o fim de evitar revoltas e conflitos de tôda ordem. Em julho de 1831, faziam-se posturas, proibindo o ajuntamento de negros e mulatos, bem como que os mesmos usassem armas ofensivas.

Com a aproximação da libertação definitiva dos escravos, alguns fazendeiros pediram-lhes que ficassem em suas fazendas, auxiliando nos trabalhos da lavoura, com ordenados fixados desde princípios do ano de 1888.

As artes e os ofícios eram representados em 1835, por 39 carpinteiros, 32 sapateiros, 26 ferreiros, 19 alfaiates, 5 ourives, 4 músicos, 4 marceneiros, 2 caldeireiros e 1 funileiro.

As olarias e os engenhos de serra de madeira eram para o consumo da própria cidade, sendo que as pessoas que exerciam êsses misteres eram livres.

Aliás, como nos informa Jolumá Brito, não há dados positivos para uma descrição estatística e demográfica perfeita da Vila de São Carlos em 1835; suas informações são boas e também

“de um livro, hoje raro, que foi cedido à Benedito Otávio, pelo sr. Basílio de Magalhães, intitulado **Ensaio sôbre um quadro estatístico da Província de São Paulo**, saído à luz em 1839, mas com informações, na maior parte de 1835”,

e que não deve ser outro senão o mesmo trabalho do Marechal Müller.

Quanto ao **comércio** em 1835 foram pedidos 173 alvarás de licenças para 96 vendas (compreendidas as dos engenhos), sendo 47 em continuação e 47 novas; para 31 lojas, das quais 13 abertas no ano; para 29 botequins, sendo 20 em continuação; para 15 armazéns, dos quais 9 foram instalados então e para 2 farmácias já estabelecidas.

Conforme salientamos, não tivemos aqui outro intuito senão respigar ao longo do livro de Jolumá Brito os pontos mais importantes para o conhecimento da vida econômica de Campinas até meados do século XIX. Na realidade, não é muita coisa, uma vez que o objetivo do autor foi simplesmente o de reunir dados de interesse para a história da cidade, sem indagar de sua natureza. Mas o pouco que coligimos põe-nos em contacto com um campo vastíssimo, ainda por estudar-se e acêrca do qual os documentos, os jornais antigos, os relatos dos viajantes, os almanaques e anuários nos fornecem subsídios valiosos, cuja elaboração, com um critério mais científico, poderá nos conduzir a um melhor conhecimento do passado da cidade.

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL

Assistente da Cadeira de História do Brasil da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da
Universidade Católica de Campinas.